

Olá, tudo bem?

Está praticamente na metade do ano e quero agradecer por estar comigo no início desta missão que é melhorar a vida das pessoas e tornar a nossa cidade um lugar mais livre. Fique por dentro do que aconteceu no mês de maio aqui no gabinete #SomosAMudança e, como sempre, fique totalmente confortável para tirar qualquer dúvida!

Abraço, Felipe Camozzato

APROVADO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM EMENDA DE MINHA AUTORIA QUE AUTORIZA DOAÇÕES AO FUNDO POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

A Câmara Municipal aprovou a criação de um Fundo Municipal de Segurança Pública, para financiamento de melhorias na segurança pública de Porto Alegre. Protocolei uma emenda que prevê a possibilidade de que pessoas físicas e jurídicas doem para esse fundo, como maneira de ajudar, voluntariamente, a causa da segurança. Ou seja, não envolve mais gasto de dinheiro público. Essa emenda foi aprovada junto ao projeto. Com isso, se a lei for sancionada, a sociedade civil poderá organizar-se para contribuir com a melhoria da segurança pública de nossa cidade.

TRANSPARÊNCIA NO GASTO PÚBLICO COM PUBLICIDADE OFICIAL

Foi aprovado na Câmara Municipal projeto de lei que impõe ao poder público a indicação do custo das peças publicitárias oficiais veiculadas de forma impressa e na televisão. A medida serve para dar absoluta transparência para os gastos do poder público com publicidade oficial. A curiosidade é que esse projeto, de autoria de um grupo de colegas vereadores, é muito parecido com um projeto apresentado pelo meu suplente, Lino Zinn, quando ele assumiu em função de minha viagem aos Estados Unidos para participar de um evento para estudantes brasileiros, em março. Nosso mandato teve a oportunidade de contribuir para o projeto aprovado, mediante apresentação de emenda – aprovada com apoio dos autores do projeto - que incluiu também a necessidade de indicação do órgão da administração de onde vem o gasto com a peça publicitária. Essa lei significa um maior controle por parte da sociedade com relação ao gasto público com publicidade oficial.

COMPROMISSO DA QUOTA BÁSICA MENSAL (QBM)

Durante esse início de mandato, todos os meses cumprimos o nosso compromisso de gastar menos do que R\$ 2.000,00 da Quota Básica. Mais do que isso, o gabinete #SomosAMudança já economizou aos cofres públicos só em QBM (material de escritório, telefone, diárias, etc.) R\$ 79.837,25 do seu dinheiro. Lembrando que o limite dos vereadores para essas despesas é de R\$ 15.994,09 por mês.

Dentro do meu comprometimento, em junho, o gabinete gastou R\$ 672,91. Logo abaixo estão os gastos do mês, **para conferência:**

DESCRIÇÃO DO ITEM	TOTAL REALIZADO
TELEFONE FIXO	R\$ 119,50
TELEFONE MÓVEL 1 E 2	R\$ 101,27
CÓPIAS E IMPRESSÕES	R\$ 48,64
CORREIO	-
QUILOMETRAGEM	R\$ 292,24
MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 24,16
JORNAIS ONLINE	R\$ 87,10
LICENÇA DE SOFTWARE	-
TOTAL DO MÊS	R\$ 672,91

AULA PÚBLICA

No último sábado (03), o gabinete #SomosAMudança promoveu uma Aula Pública no Parcão com o tema “**10 coisas que não te contaram sobre nossas leis**”. O Rafael Abreu, que além de meu assessor legislativo é doutorando na UFRGS e professor de Direito, falou sobre curiosidades das leis brasileiras, limites de atuação de cada uma das esferas de poder (federal, estadual e municipal) e ainda entregou a cada um dos participantes um exemplar da “Ordem do Dia” e da “Priorização” de uma sessão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ilustrando o seu funcionamento.

O clima foi bem descontraído: o pessoal levou seu mate, sentou nas cangas e comeu pipoca. A Aula foi toda gravada e está disponível no meu canal do YouTube:

Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=cC9k0zi_JB8&t=36s

Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=oNi8cPDW9ck>

PRIMEIRO PROJETO DO AJUSTE DO MARCHEZAN

No dia 31 de maio, o governo priorizou para votação o projeto que retiraria o gatilho inflacionário da revisão anual dos salários dos municipais, que faria com que os salários fossem revisados a partir da disponibilidade orçamentária do município. Durante a sessão, o governo retirou o projeto da votação, pois viu que não haveria apoio para aprová-lo.

Me manifestei a favor do projeto, porque entendo que em momentos de crise não é possível conceder aumentos ao funcionalismo. Respeito muito os funcionários municipais, mas entendo que em meio a 14 milhões de desempregados e uma crise fiscal profunda no município, temos de ter cautela na negociação salarial.

Porto Alegre está com índice elevado de despesa de pessoal, estando quase no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, em virtude de aumentos concedidos no passado e queda da receita.

De acordo com o **Art. 22** da LRF (<http://bit.ly/1cWlck0>) se a Prefeitura atingir o limite prudencial de 51,30 % de despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida estão previstos diversos freios para os gastos

públicos, como a vedação ao pagamento de horas extras, concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, criação de novos cargos, entre outros.

Entenda no gráfico abaixo:

